

# Direitos Humanos sem dinheiro

*Proposta enviada pelo governo ao Congresso reduz ainda mais as verbas para o setor. Só emendas dos parlamentares podem mudá-la*

Lauro Rutkowski  
Da equipe do Correio

A proposta original de Orçamento da União de 1998 enviada ao Congresso não parece ter sido elaborada por um governo que quer posar de defensor dos Direitos Humanos no exterior. Um estudo da Comissão de Direitos Humanos da Câmara mostrou que, para começar, a própria Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ocupada por José Gregori, não receberá nada em 1998 se depender da vontade da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento.

Comparando as propostas do Executivo para 1997 e para 1998, os assessores da comissão notaram que a verba prevista pela equipe econômica para o setor caiu drasticamente. Na proposta de 1997, foram originalmente previstos R\$ 73,88 milhões. Na proposta de 1998, a disposição da SOF era investir apenas R\$ 43,30 milhões. A maior parte na área indígena.

Responsável pelo texto da proposta, a SOF também não destinou recursos aos Departamentos de Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente, nem para a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Outro exemplo: nenhum tostão foi previsto para os programas de atendimento, abrigo e acompanhamento psicológico de mulheres vítimas de violência. O "esquecimento" já havia sido detectado na proposta do Executivo para 1997 por feministas, que conseguiram uma emenda no valor de R\$ 700 mil.

Mais um exemplo: apenas R\$ 5 mil foram originalmente propostos pelo governo para mapear as áreas habitadas por negros remanescentes de quilombos. No Orçamento do ano anterior, o governo federal não havia destinado qualquer recurso. Novamente, emendas de parlamentares foram a saída para injetar R\$ 350 mil no programa.

Um terceiro exemplo: a verba sugerida para a fiscalização do traba-

ORÇAMENTO	
A PROPOSTA DO GOVERNO PARA A ÁREA DE DIREITOS HUMANOS	
Fiscalização do trabalho escravo	R\$ 435 mil
Indenizações aos familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar	zero
Implantação do programa de proteção a testemunhas	R\$ 700 mil
Estudos socioantropológicos para mapeamento de áreas de remanescentes de quilombos	R\$ 5 mil
Atendimento a mulheres agredidas ou sob risco de violência	zero
Assistência ao índio	R\$ 39,16 milhões
Demarcação e regularização de terras indígenas	R\$ 3 milhões
Fonte: Comissão de Direitos Humanos da Câmara	

lho escravo caiu pela metade em relação à proposta de Orçamento para 1997 e foi fixada em R\$ 435 mil. Um último exemplo: nada está previsto para as indenizações das famílias de desaparecidos durante o regime militar. O mesmo problema aconteceu na proposta de 1997. Novamente, emendas de parlamentares injetaram R\$ 20,5 milhões no programa.

Para 1998, o próprio Congresso ajudou o governo a cortar gastos. Em novembro, A Comissão Mista de Orçamento do Congresso rejeitou emenda da Comissão de Direitos Humanos da Câmara que destinava R\$ 20 milhões para o Ministério da Justiça ressarcir os parentes dos mortos durante o re-

gime militar. Trinta e quatro famílias aguardam indenizações.

"Novamente o discurso do governo federal no que tange aos Direitos Humanos distancia-se da prática", afirma o presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara, Pedro Wilson (PT-GO).

A assessoria de imprensa do ministro da Justiça, Iris Rezende, informou que a saída para aumentar as verbas para programas voltados aos Direitos Humanos é a apresentação de emendas por parlamentares. De acordo com a assessoria, o próprio ministro comandará as negociações no Congresso para elevar as verbas para a área, assim que voltar de uma viagem a Buenos Aires esta semana.

Raimundo Paccó 11.8.95



Gregori: titular de uma Secretaria sem recursos para trabalhar em 98